



PODER

Auxílio Brasil turbinado causa reação e é adiado

Governo cancela anúncio do programa que substituirá o Bolsa Família após impasse com a equipe econômica sobre o valor, que passaria de R\$ 300 para R\$ 400 e forçaria o uso de recursos fora do teto de gastos. Relator da proposta classifica iniciativa como “eleitoreira”

» FERNANDA FERNANDES

Impasse com a equipe econômica e reação negativa no mercado fizeram o governo adiar, de última hora, o anúncio do Auxílio Brasil, programa de transferência de renda que substituirá o Bolsa Família. A intenção do presidente Jair Bolsonaro e da base aliada do Executivo no Congresso de usar recursos fora do teto de gastos para pagar benefício de R\$ 400 a 17 milhões de famílias fez a Bolsa de Valores despencar e o dólar fechar em alta (leia reportagem na página 7).

Fontes do Ministério da Economia afirmaram que a equipe do ministro Paulo Guedes estaria resistente quanto a qualquer acréscimo de pagamento que esteja fora do teto de gastos — regra que limita o aumento de despesa à inflação do ano anterior. Para pagar um benefício de R\$ 400, o governo precisará de uma autorização de mais R\$ 30 bilhões de recursos extrateto.

Atualmente, o valor médio das parcelas do Bolsa Família é de R\$ 189. Segundo fontes do Ministério da Economia, para um benefício de R\$ 400, o governo precisaria pagar R\$ 300 dentro do Orçamento já previsto para o ano que vem, respeitando o teto de gastos. E o restante, R\$ 100, seria repassado como um “pagamento temporário”, o que dispensaria a obrigatoriedade de o governo criar uma fonte de receita para despesa fora do teto.

Relator da medida provisória do Auxílio Brasil, o deputado Marcelo Aro (PP-MG) criticou a iniciativa do governo. Ele acusou o Executivo de não se preocupar com a fonte de recursos para o programa e alertou para o déficit que a medida provocará nos cofres públicos. “O Bolsa Família, hoje, é um orçamento anual de R\$ 34,7 bilhões. Durante todo esse processo trabalhando — todas as minhas conversas com os ministérios da Economia e da Cidadania, com o próprio Palácio do

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Isso não é política pública de Estado, é uma política pública passageira. Minha opinião é que tem fins eleitoreiros, e não de mudança para a camada mais necessitada da população”

Marcelo Aro (PP-MG), relator do Auxílio Brasil na Câmara

Planalto — (a intenção) era elevarmos o valor para R\$ 60 bilhões (...) para que não houvesse um problema orçamentário para o governo”, disse. “Aí, ontem à noite (segunda-feira), veio a notícia de que o governo tomou a decisão de pagar, no mínimo, R\$ 400 para cada beneficiário. Esse valor gera um ônus orçamentário de algo em torno de R\$ 85 bilhões. De onde vamos tirar esses R\$ 85 bilhões?”, questionou.

Para Aro, o governo tenta usar o novo programa apenas de olho na reeleição, pois esse o valor de R\$ 84 bilhões seria pago apenas até de-

zembro do ano que vem. “Isso não é política pública de Estado, é uma política pública passageira. Minha opinião é que tem fins eleitoreiros, e não de mudança para a camada mais necessitada da população”, reprovou.

Segundo Aro, “virou a casa da mãe Joana”. “Ou seja, foi falado um valor. Aí: ‘De onde vai tirar o dinheiro?’, ‘não sei, se virem’. Aí, cria o temporário, organiza evento pro anúncio. (...) até chegar à conclusão de que não dá para anunciar. Acho que ficou feio para o governo: marcou o evento, cancelou o evento, e eu

acredito que, agora, o próprio governo tem de dar as respostas”, ressaltou.

Responsabilidade

Na avaliação de Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado, a medida é uma forma de tentar mascarar a desrespeito à responsabilidade fiscal. “O gasto social é necessário, mas a responsabilidade fiscal tem de ser observada. Fica parecendo que o objetivo é gastar sem fazer qualquer compensação e

ainda anunciar que o teto estaria preservado”, frisou.

O Auxílio Brasil tem sido apontado por especialistas como a aposta de Bolsonaro e da base aliada para desvincular a marca “Bolsa Família” do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que o programa foi criado na primeira gestão do petista, e turbinar a corrida pela reeleição.

Mayra Goulart, professora de ciência política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ressaltou que, para tentar alavancar a imagem junto à população de menor renda, Bolsonaro

se vê em um jogo de equilíbrio para manter boa relação com o mercado, fiador do governo. “O perfil eleitoral das pesquisas mostra que ele (Bolsonaro) declina conforme a renda média do eleitor. Para tentar recuperar essa imagem entre os mais empobrecidos e em situações calamitosas em termos sanitários e sociais, ele percebe que precisa reforçar esses programas de transferência de renda para garantir algum sustentáculo eleitoral”, disse. “O problema é conseguir fazer isso sem abrir mão do sustentáculo do mercado.”



Nas entrelinhas

por **Luiz Carlos Azedo**
luizazedo.df@dabr.com.br

A mão que afaga...

Reação do mercado financeiro à notícia de que o presidente Jair Bolsonaro anunciaria o valor de R\$ 400 mensais para o chamado Auxílio Brasil, programa de transferência de renda com o qual o governo federal pretende substituir o Bolsa Família, a marca social do governo Lula, foi a pior possível. O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, despencou 3,28%, a maior queda desde 8 de setembro, e o dólar comercial subiu 1,33%, fechando a R\$ 5,594 na venda, maior alta diária em duas semanas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, teria jogado a toalha em relação ao teto de gastos, ao aceitar o valor de R\$ 400, na reunião com o presidente Bolsonaro e os ministros da ala política do governo: Ciro Nogueira (Casa Civil), Flávia Arruda (Secretaria de Governo) e Fábio Farias (Comunicações), ocorrida na segunda-feira à noite. São R\$ 100 a mais do que a equipe econômica propunha.

Em meio a boatos de que a equipe econômica teria implodido, o presidente da República resolveu suspender o ato de lançamento do novo programa, com os convidados no salão do Palácio do Planalto. Simultaneamente, emissários de Guedes negociavam uma solução salomônica para o problema com o presidente da Câmara, Artur Lira (PP-AL): a inclusão de parte dos recursos destinados ao Auxílio Brasil na chamada PEC dos Precatórios, cujo relatório seria apresentado hoje.

Bolsonaro não quer abrir mão do valor estabelecido na reunião, mesmo tendo adiado o lançamento do programa. Apenas deu mais tempo ao ministro Guedes para encontrar uma fórmula que permita ao governo furar o teto de gastos sem caracterizar uma “pedalada fiscal”, que é crime de responsabilidade. A saída sugerida por Guedes é tirar o dinheiro dos precatórios, aprovando a PEC que possibilita o calote nas dívidas da União,

parcelando-as, o que enfrenta forte resistência dos meios jurídicos.

Precatórios são dívidas judiciais consolidadas, que cresceram exponencialmente nos últimos anos, inviabilizando o orçamento de investimentos do governo. Como a reforma administrativa não sai, e se sair não terá impacto imediato nas despesas com pessoal, o cobertor ficou curto para implantar o Auxílio Brasil. Ainda mais porque as emendas parlamentares ao Orçamento da União são “imexíveis”.

Nas graças do Centrão

A última parcela do auxílio emergencial, de R\$ 300, está sendo paga neste mês. Para novembro, a inten-

ção de Bolsonaro é começar a pagar o novo Auxílio Brasil, programa lançado para substituir o Bolsa Família no ano da eleição. A queda de braço entre os representantes do Centrão no governo e a equipe econômica está se acirrando, na medida em que se aproximam as eleições. O pessoal da Fazenda pretendia manter o valor de R\$ 300 do auxílio emergencial, bem acima do Bolsa Família, que hoje representa R\$ 189. Bolsonaro tomou partido do Centrão.

A proposta apresentada ontem previa um reajuste do Bolsa Família, que passaria a R\$ 240, em caráter permanente. Um benefício variável transitório, com data de validade até o fim do

“Bolsonaro não abre mão do auxílio de R\$ 400. Apenas deu mais tempo para o ministro Guedes encontrar uma maquiagem para o rombo no teto de gastos”

ano que vem, ou seja, até o final do mandato de Bolsonaro, completaria o auxílio, para beneficiar 17 milhões de famílias com R\$ 400. O Bolsa Família hoje atende 14,7 milhões de famílias. O custo do novo programa seria de R\$ 84 bilhões, ou seja, R\$ 30 bilhões acima do teto de gastos.

O problema é que o governo afaga a população de baixa renda com uma das mãos e tira seus recursos com a outra, na medida em que perde o controle da inflação. O custo dos alimentos, do gás, da energia elétrica e dos combustíveis, tudo faz com os preços subam, e o déficit fiscal seja financiado pelos mais pobres. Há muitas controvérsias entre os economistas quanto ao teto de gastos, o que é música para Bolsonaro e os políticos, tanto os do Centrão como os de oposição. Mas, até agora, ninguém ousou defender a inflação como forma de financiar o crescimento, tese sepultada pelo Plano Real, mas que não será nenhuma novidade se ressurgir das cinzas. Sobre tudo se o Banco Central (BC) elevar ainda mais os juros para conter a alta de preços.